

Na fronteira da exclusão: estratégias para a cidadania*

*Cleci Eulalia Favaro***

“Fronteira”, para VANGELISTA (2000: 60), é o lugar geográfico, social, político e ideal, em que mais se desenvolvem as conhecidas e sempre mencionadas contraposições entre o “eu” e o “outro”, a civilização e a barbárie, o estado e o não-estado; a fronteira é também o lugar em que, de forma consciente ou inconsciente, vai sendo construído um outro “nós”, gerado por relações não apenas conflitivas, mas de intercâmbio.

No caso brasileiro, os territórios do extremo-sul se constituíram em espaço físico nitidamente identificado como o de região fronteira que, apesar das disputas e embates, via de regra com o uso das armas – o conhecido e freqüentemente praticado confronto entre o “eu” e o “outro”, neste caso, entre luso-brasileiros, argentinos e uruguaios - não resistiu à proximidade social e ao conseqüente intercâmbio cultural e étnico.

Ao longo dos três últimos séculos, as populações instaladas naqueles territórios limítrofes meridionais foram lentamente moldando um modo de viver e de conviver, construindo, no processo, um corpo de valores, mitos e ritos que permitem falar hoje do “gaúcho da fronteira”, que não é muito diferente de seus pares, do outro lado dos marcos internacionalmente estabelecidos e reconhecidos como tal, ou seja, os habitantes das planícies argentinas e uruguaias.

A fala mansa, os gestos comedidos, uma filosofia de vida que contempla a sociabilidade (praticada sob a regência do relógio do tempo e não da fábrica), a distância (mental, emocional e física) do trepidante ritmo da cidade grande, um modo de vestir, uma culinária centrada no consumo de proteínas, uma visão peculiar sobre o papel social das mulheres, sobre família, trabalho e religião, fazem do habitante da fronteira um tipo sócio-cultural diferenciado, típico das áreas de criação extensiva do pampa sulino.

Diante da natureza do trabalho e das longas distâncias a percorrer na condução do gado (vacum, muar ou ovino) através da vastidão dos latifúndios ou em direção aos mercados do centro do país, o cavalo, enquanto meio de transporte individual, foi grandemente utilizado. A especificidade da economia pecuarista permitiu, então, a construção da imagem de um “gaúcho” viril, guerreiro, corajoso, livre, e de uma forma específica de divisão social do trabalho, onde “patrões” e “peões” partilham

as mesmas atividades e o mesmo espaço – as terras abertas e o galpão – onde, teoricamente, o churrasco e o chimarrão são sinais evidentes de igualdade social.

No imaginário coletivo, habilmente capitalizado pelas elites rurais dominantes e fortemente disseminado entre os demais segmentos sociais, foi sendo construída uma representação de sociedade fundada nos conceitos de “liberdade”, “independência” (masculina) e “democracia”.

A imagem assim construída projetava-se sobre as figuras femininas, mas em sentido inverso: uma atividade econômica fundada na pecuária extensiva e um regime alimentar baseado no consumo de proteína animal – dependente da ação dos homens – relegou às mulheres tarefas consideradas “menores” realizadas somente no espaço doméstico.

Esta imagem de sociedade misógina, no qual o poder – em todas as instâncias – era exercido pelo sexo masculino, e as mulheres, pela insignificância de sua participação no processo produtivo, não tinham nenhuma visibilidade social, marcou indelevelmente o imaginário coletivo, no que se refere à metade meridional do Estado do Rio Grande do Sul.

No entanto, existe um outro “sul” do Brasil: trata-se do espaço geográfico definido e identificado como o “lugar dos imigrantes europeus” e de seus descendentes que, introduzidos no país a partir das primeiras décadas do século XIX, atenderam ao chamado do Governo Imperial – e mais tarde da República – para se constituírem em contraponto ao latifúndio, à economia centrada na pecuária, ao poder local dos “coronéis” e à sociedade predominantemente negra, mulata ou mestiça resultante daquela tipologia de sociedade rural de origem escravista.

A instalação nos lotes coloniais – e fora dos limites da pecuária extensiva – de centenas de famílias de imigrantes de origem germânica, em regime de média e depois de pequena propriedade rural, presença acrescida de numerosos e variados contingentes de europeus (já quase ao final da centúria) que se utilizaram do Setentrião Italiano como um “corredor de passagem” para o exterior (poloneses, russos, trentinos, ucranianos, franceses, suíços, alemães, além dos próprios italianos), contribuiu para a formação de uma outra tipologia de sociedade rural marcada pela heterogeneidade profissional e étnica, locus por excelência de manifestações culturais que, ora lembram características das demais sociedades luso-brasileiras, ora apresentam nítidas conotações germânicas, ou italianas, ou centro-européias.

É este “sul”, portanto, construído em dois momentos históricos diferenciados, o espaço geográfico-cultural que define este trabalho: de um lado, o “sul” dos donos da terra e do poder político, luso-brasileiros proprietários do latifúndio (e de seus agregados e dependentes); de outro, o

“sul” dos estrangeiros, imigrantes majoritariamente pobres, instalados no território nas chamadas “colônias”, em regime de pequena ou média propriedade.

No desenvolvimento do tema, partimos do pressuposto de que o limite geográfico entre aquelas duas sociedades nunca foi completamente respeitado, apesar das notórias diferenças, e que, mais do que separar os dois segmentos sociais, as fronteiras – mesmo que não oficialmente demarcadas - serviram como uma espécie de “território neutral”¹, onde as trocas biológicas, econômicas e culturais, se não foram freqüentes, jamais deixaram de ocorrer.

O eixo do trabalho, portanto, remete novamente ao conceito de fronteira enquanto lugar geográfico, social, político e ideal, como escreve VANGELISTA, onde, de forma consciente ou inconsciente, vai sendo construído um outro “nós”, gerado por relações não apenas conflitivas, mas de intercâmbio.

Neste viés, emerge uma idéia de dinamismo, de movimento e de coletivo, justificando, para o entendimento do processo, o recurso ao conceito de identidade desenvolvido por BARTH (1969), como uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato [constituindo-se] em um modo de categorização utilizado pelos próprios grupos para organizar suas trocas.

Deste ponto de vista, a identidade se constrói e se reconstrói constantemente, resultado das interações entre os grupos e dos procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações, implicando dinamicidade, reordenamento, adoção e adaptação (CUCHE, 1999: 182-183).² A questão coloca-se, portanto, ao nível das representações sociais.³

Se a construção e confirmação da identidade é do âmbito da representação, isto não significa que ela seja uma ilusão que dependeria da subjetividade dos agentes sociais. Ela se realiza no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas, produzindo efeitos sociais reais.

Fecha-se o círculo teórico quando nos valemos do conceito mais amplo de “fronteira cultural”, ou seja, da existência de uma zona de aproximação, de trocas de saberes, de influências mútuas, capazes portanto de constituir-se em locus de transformação, de constituição de uma “terceira via social”, de fermento cultural.

Tentar apreender o processo de construção de “fronteiras culturais” com o significado de espaço de troca/imitação/aculturação, de cadinho, enfim, onde se misturam elementos culturais de diferentes vertentes, implica considerar, de um lado, a questão da aceitação, por um dado grupo

social, de uma identidade cultural, sem, no entanto, desprezar a sua própria identidade social, dado que esta é ao mesmo tempo inclusão e exclusão.

Dito de outra maneira, a identidade social, enquanto identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista), distingue uns grupos de outros (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). Nesta perspectiva, a identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural. (CUCHE, 1999: 177)

Imigração e cultura imigrante

Segundo HÖPPAL (1986), para melhor compreender uma determinada época, seus valores, seus mitos, seus ritos, sua visão de mundo, principalmente quando o objeto de apreensão são camadas semi ou não-letradas da sociedade, o método mais eficaz parece ser aquele de recolher objetos e textos que permitam captar as mudanças a partir de suas formas concretas. É precisamente nos domínios periféricos da cultura – fatos e fenômenos dificilmente privilegiados e ainda pouco estudados – que melhor se pode perceber o sentido e a orientação das transformações culturais.

Esta é a proposta deste trabalho, ao tomar como referência uma das manifestações da cultura material dos grupos imigrantes instalados no Rio Grande do Sul, quando buscam estabelecer espaços de fronteira entre sua condição de estrangeiros carentes de aceitação e pertença e os “donos da terra”.

Os alemães chegaram primeiro e, a partir de 1824, ocuparam uma extensa região de planície, ao longo dos rios Taquari, Sinos, Caí e seus afluentes.

Muito já foi escrito a respeito da imigração alemã no Brasil, sobre as causas que motivaram milhares de cidadãos a emigrar, sobre pessoas e economia, sobre língua e cultura e sobre as conseqüências daí derivadas. Entretanto, escreve THORNQUIST (1999), apesar de tratar-se de uma típica imigração familiar, somente uma parte da família é destacada na maioria das descrições, ou seja, a figura simbólica do pai – enquanto colono, agricultor, pioneiro, soldado, professor, jornalista e comerciante.

Entretanto, apesar desta bibliografia de forte conotação misógina, é impossível ignorar a presença e a efetiva participação das mulheres. Ainda em 1854, o Dr. Otto von Blumenau destacava o papel socioeconômico das mulheres nas colônias alemãs em formação no sul do Brasil, ao afirmar que o colono, ao emigrar,

necessita incontestavelmente de uma mulher intrépida que saiba administrar bem uma casa [] para que seu negócio se torne próspero.

Celibatarismo e agricultura são coisas tão incompatíveis que se deve abrir mão de uma das duas opções ou ir inevitavelmente de encontro à ruína e à decadência.⁴

A sociedade que se formou no espaço físico ocupado pelos imigrantes plasmou uma imagem feminina bastante diferente, em relação às luso-brasileiras. Nas áreas coloniais, mães e filhas dispunham de uma autonomia bem maior, uma vez que tinham que aprender a se defender por conta própria, pois passavam muito tempo sozinhas com as crianças. As circunstâncias, portanto, depositavam em suas mãos a organização administrativa da casa [], domínios em que reinava em absoluta majestade, donde é possível deduzir que as mulheres alemãs, pela própria natureza da exploração econômica dos lotes coloniais imigrantes, exerciam papéis sociais bastante diferentes do das mulheres brasileiras dos latifúndios sulistas.

Apesar do ocultamento na literatura, sua importância na manutenção e preservação do lote rural ou da propriedade urbana era tal que, quase uma centena de anos depois, um manual ainda aconselhava a quem desejasse emigrar que o fizesse sempre acompanhado de uma mulher.

Entre os descendentes de imigrantes, a educação dos filhos era atribuição quase exclusiva das mulheres. O ato educativo, por sua vez, passava também pelo viés da educação religiosa e pela preservação de traços culturais identificados com a origem étnica.

Juntamente com os ensinamentos bíblicos e os poucos livros escolares, a visão de mundo, a escala de valores e as regras de sociabilidade eram transmitidas e preservadas através de simples objetos de decoração interior, espécie de estandartes pacientemente adornados com figuras e inscrições bordadas, pendurados nas paredes das cozinhas coloniais, na sala de visitas ou na intimidade dos quartos de dormir.

Tais objetos, conhecidos como “panos de parede” ou “panos de cozinha”, via de regra confeccionados ainda nos anos de adolescência e juventude, faziam parte do dote de casamento de uma futura esposa.

Produto da cultura material que acompanhou os imigrantes desde suas origens européias, eram adornados com uma razoável variedade de motivos decorativos, além de inscrições, provérbios e mensagens em língua alemã.

A trajetória dos imigrantes de origem italiana resulta da conjunção de dois interesses: de uma parte, os do Império Brasileiro, preocupado em povoar áreas devolutas com mão de obra européia; de outra, o problema de milhares de famílias empobrecidas frente à profunda crise econômica porque passava o Estado Italiano, então recentemente unificado. No caso

do Brasil, havia ainda a questão abolicionista, uma suposta carência de braços para a agricultura (ao menos no discurso) e a necessidade de instaurar no país um novo processo de produtivo, fundado em relações de trabalho livres e assalariadas.

Tais condições, como escreve HEREDIA (1993: 37), aliadas à vontade de progredir materialmente (“far la Merica”, na expressão dialetal), permitiram transformar o núcleo colonial numa zona de comércio e indústria, cujas raízes foram calcadas nos valores morais, na família, no trabalho e na religião.

A identidade dos grupos sócio-étnicos – enfraquecida pelo abandono da pátria – renascia nas terras de adoção como uma cultura a ser valorizada nas gerações subseqüentes. Neste sentido, também entre as comunidades e famílias provenientes da Itália, uma das medidas utilizadas foi o uso “estratégico” dos “panos de parede”.

Testemunhos mudos da ascensão sócioeconômica da família, tais objetos utilitários tinham sua aparência alterada ao sabor das modificações das condições materiais de vida de cada família. A sala de visitas, espaço progressivamente acrescentado ao corpo da casa, foi transformada em lugar de sociabilidade e finalmente se constituiu em lugar de exibição de status.

No entanto, era na cozinha – lugar privilegiado da geografia doméstica para as reuniões familiares, para as refeições diárias ou ainda para os encontros informais com parentes e vizinhos – que os “panos de parede” exerciam com veemência sua função pedagógica. Expostos aos olhares de todos os membros da família, principalmente das mulheres, invocavam as benesses divinas para a sobrevivência da família nas novas terras de adoção:

Jesus é a paz de nosso lar.

Deus nos dê sempre muita abundância.

A paz do Senhor esteja nesta casa.

O pão nosso de cada dia nos dai hoje.

(Unser föglich Brot gib uns Heute)

Como a participação ativa de todos os membros da família era com freqüência a única força de trabalho disponível para a realização das numerosas tarefas que acompanhavam a vida das comunidades rurais de origem imigrante, boa parte das inscrições enfatizavam a necessidade da preservação dos laços familiares e o valor do trabalho coletivo:

Trabalha em harmonia e viverás com alegria.

O maior valor do homem é o trabalho.

O trabalho produz paz. (Arbeit schafft Friedeheit)

Trabalha e serás feliz.

Deus ajuda a quem cedo madruga.

A sobrevivência econômica da unidade familiar dependia do esforço coletivo. Por esta razão, o convívio cotidiano dos membros da família extensiva era também fonte de confrontos e conflitos, que explodiam nos momentos de reunião, geralmente à hora das refeições. Nada mais adequado, portanto, do que a presença junto ao fogão, altar da cozinha, de mensagens de solidariedade e cortesia:

Faze o bem, não olhes a quem.

Como um apelo à sociabilidade, disfarçada em uma proposta utilitária, era freqüente o uso da expressão

Bom Dia.

Ou ainda, em meio aos naturais conflitos e confrontos familiares – até mesmo vicinais – era comum encontrar, entre flores e fitas multicoloridas, apenas uma, mas eloqüente mensagem:

A paz reina entre as flores.

Aproximando as etnias através de imagens e palavras.

Considerando-se que a identidade social de um indivíduo é constituída pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social, a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, é este fator que permite, enfim, que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente – e a linguagem é um dos mais fortes elementos culturais intervenientes neste processo. (CUCHE, 1999: 177)

Durante muitas décadas, nas comunidades de origem alemã, o ensino foi realizado na língua materna e só tardiamente em língua portuguesa, permitindo que esta forma de comunicação verbal e escrita fosse preservada. Não é de estranhar, portanto, que a maior parte dos “panos de parede” bordados pelas mulheres da área colonial de origem teuto-brasileira apresentem inscrições em alemão, embora nem sempre em vernáculo.

Quanto às comunidades imigrantes instaladas a partir de 1875 (meio século mais tarde, portanto) na chamada Região Colonial Italiana, o ensino das primeiras letras, apesar de precário, era realizado em língua portuguesa por professores contratados pelo Estado. No entanto, em algumas comunidades mais distantes dos centros urbanos, os próprios moradores assumiam a tarefa de ensinar as primeiras letras e rudimentos de matemática aos filhos de imigrantes, via de regra com o recurso comunicativo dos dialetos praticados entre o grupo social local. Explica-se assim o fato de inexistirem inscrições bordadas em italiano.

Dadas as circunstâncias da emigração – na maior parte das vezes, populações inteiras expulsas de suas regiões de origem por circunstâncias alheias à sua vontade – os grupos imigrantes pobres e seus descendentes das primeiras gerações são definidos como diferentes em relação à

referência que os majoritários constituem, reconhecendo para si apenas uma diferença negativa.

Também é facilmente observável entre eles o desenvolvimento de graves fenômenos de desprezo por si mesmos, fenômenos ligados à aceitação e à interiorização de uma imagem construída pelos outros. Esta “identidade negativa” aparece então como uma identidade vergonhosa e rejeitada em maior ou menor grau, o que se traduzirá muitas vezes como uma tentativa para eliminar, na medida do possível, os sinais exteriores desta diferença. (CUCHE, 1999: 183-184)

Ora, na condição de sociedades de origem imigrante em processo de formação e expansão, diante da necessidade de quebrar o isolamento imposto pela geografia ou pela língua, tornou-se imperioso criar as condições minimamente necessárias ao estabelecimento de alguns vínculos com os grupos sociais já organizados. Afinal, era impossível ignorar que os “donos da terra” eram também os “donos do poder”. A escola, então, passou a exercer o papel de transmissor da cultura dominante.

Com vistas a promover sua aceitação, progressivamente conseguiram impor uma representação positiva de si mesmos, participando da construção do discurso e da imagem do “bom estrangeiro”, adaptável, ordeiro e trabalhador.

Como a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais, apresenta-se o terceiro elemento fundante das comunidades de fronteira dentro do Estado mais meridional do Brasil, qual seja, o fato de que imigrantes e descendentes de imigrantes, durante décadas considerados estrangeiros em meio aos nacionais, buscaram formas variadas de estabelecer e assegurar espaços de aproximação e convívio, embora tentando preservar o mais possível seus próprios traços culturais.

Considerando-se que nem todos os grupos têm o mesmo “poder de identificação”, de nomear e de se nomear, pois esse poder depende da posição que ocupam no sistema de relações sociais, além do estabelecimento de relações econômicas fez-se necessário o recurso a outros elementos de aproximação inter-étnica. O espaço da casa, então, foi habilmente utilizado e os singelos “panos de cozinha” passaram a desempenhar um novo papel, o de transmissores mudos de mensagens cordiais, de desejo de pertencimento, extrapolando os estreitos limites do lote colonial.

Assim, à medida em que as sucessivas campanhas de nacionalização dos estrangeiros, já no segundo quartel do século XX, permeavam todo o tecido social, mudavam também o discurso e as imagens.

Significativa e compreensivelmente, por volta dos anos cinqüenta, em muitos daqueles objetos da cultura material de origem imigrante, recobertos agora com uma profusão de cores e pontos de bordado (indicadores da ascensão econômica da família) é possível ler a conhecida expressão do poeta brasileiro Olavo Bilac, na sua Exortação aos Jovens:

Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste.

Nas cidades em expansão, o acesso cada vez mais intenso de jovens mulheres à escola fundamental e média transformava-se em ponto de apoio eficaz na representação social da família de origem imigrante.

Gradativamente, mas não sem um grande empenho, era construído um novo “nós”. Nada mais oportuno então, visando demonstrar a brasilidade dos moradores, do que reproduzir no tecido o Escudo Nacional, destacando a inscrição

Tudo pela Pátria.

A dura vivência de uma condição de inferioridade social certamente atuou no sentido de que, de forma curiosa mas coerente, mudassem os cenários e as inscrições bordados nos panos de parede, o que confirma a necessidade de reforçar as áreas de contato – “fronteiras” – entre as duas sociedades mais meridionais do Brasil.

Assim, não é incomum encontrar naqueles estandartes bordados, por volta dos anos cinqüenta e sessenta, uma cena típica do latifúndio pecuarista circundada, no entanto, por uma inscrição em língua alemã:

Se tens paz no coração, tua cabana parecerá um palácio. (Wenn du im Herzen Frieden host, wird dir die Hütte zum Palast).

Usos, costumes e valores da tradição pampeana – até então objeto de um certo desdém, porque representativos, no imaginário imigrante, do conceito de “não-trabalho”, da ociosidade e até de uma certa licenciosidade – passavam agora a fazer parte do cotidiano das famílias descendentes de imigrantes, ao menos ao nível das representações sociais. Ao lado dos temas e figuras da tradição camponesa européia – a ética do trabalho, o valor da poupança, da disciplina, a fé no futuro, a importância da cozinha (enquanto espaço do poder doméstico das mulheres e de reposição de energias para as atividades rurais) – outros rituais de sociabilidade e uma outra ética passavam a constituir-se em motivos de bordado. Um “pano de parede” encontrado nas casas de origem alemã é revelador deste processo de inserção social, quando, entre flores e folhagens, emite uma mensagem de acolhimento e afetividade:

Salve, entre na minha casa e tome um chimarrão comigo.

Conte-me sobre alegria e tristeza.

*E permaneça meu amigo para sempre.
(Grün Gott tritt ein mein Erdons und trink mit mir
ein chimarrão erzähle mir von Freud und Leid
und bleib mein Freund in)*

O movimento em direção à cultura dominante é evidente, dado que o elemento material que desencadeia o gesto de sociabilidade é o chimarrão, bebida de infusão típica do latifúndio pecuarista.

À medida em que as comunidades de origem imigrante ultrapassavam o longo estágio de adaptação, superando as diferenças sociais através do sucesso material, uma nova fase se abria, no sentido das aproximações inter-étnicas.

Impossível deixar de considerar o sentido dado por VANGELISTA ao termo “fronteira” enquanto espaço onde, de forma consciente ou inconsciente, vai sendo construído um outro “nós”, gerado por relações não apenas conflitivas, mas de intercâmbio, ao encontrar, reproduzida nos “panos de parede” das casas – fossem teuto ou ítalo-brasileiras – a mesma cena, a mesma mensagem – e porque não – o mesmo desejo de pertencimento:

*Alegria de gaúcho é o mate chimarrão, chaleira na brasa
e a cuia na mão.*

Notas

* Participaram do processo de coleta, organização, classificação, digitalização e análise do material visual os Bolsistas de Iniciação Científica: Cezar Eduardo Pagel, Daniela Campos, Geila M. Pedroso, Luís Antonio Vieira Inda, Rita de Cássia M. Gomes e Silberto Mauer, com assessoria técnica de Liceo Piovesan, tendo resultado em CD-Rom intitulado de “Imagens e Palavras” (2000).

** Profa. Dra.- UNISINOS – Brasil Texto publicado, com alterações, na Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH. Curitiba/PR/Brasil, n.19, p. 83-90, 2000.

¹ Fronteira pode também designar não somente um espaço físico, mas um território neutro – ou passível de ser neutralizado - enquanto área de aproximação de sociedades culturalmente diferenciadas, mas não excludentes. (VANGELISTA, 2000)

² CUCHE (1999: 176) refere que no âmbito das ciências sociais, “o conceito de identidade cultural se caracteriza por sua polissemia e sua fluidez. Apesar de seu surgimento recente, este conceito teve diversas definições e reinterpretações.” A idéia de identidade cultural surgiu nos Estados Unidos, na década de cinquenta, quando então equipes de pesquisa em Psicologia Social buscavam um instrumento teórico adequado para analisar os problemas de integração dos imigrantes. Tal abordagem concebia a identidade cultural como praticamente imutável e determinando a conduta dos indivíduos, abordagem rapidamente superada por “concepções mais dinâmicas que não vêem a identidade como um dado independente do contexto relacional.”

³ Quando propõe repensar a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como refletindo-o ou

dele se desviando, CHARTIER (1990: 27) parte do pressuposto de que as estruturas do mundo social não são um dado objetivo, como também não o são as categorias intelectuais e psicológicas. Para o historiador francês, são as práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras, daí a importância do estudo das sociedades do ponto de vista de sua produção cultural.

⁴ *Allgemeine Auswanderung-Zeitung*, 1853. Citado por THORNQUIST, M. (1999)

Referências Bibliográficas

- ARIÈS, P. A história das mentalidades. In: LE GOFF, J. (org.). A história nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BATTISTEL, A., COSTA, R. Assim vivem os italianos. 3 v. Porto Alegre: EST/UCS, 1982, 1983.
- BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BURKE, P. Hablar y callar. Barcelona: Gedisa, 1996.
- CAMPBELL, J. O poder do mito. São Paulo: Palas Athena, 1990.
- CARTIGLIA, C. Pittura e Storia. Lavoro e classi povere in Italia (1850-1915). Firenze: La Nuova Italia, 1990.
- CERTEAU, M. et al. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CHARTIER, R. A história cultural. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.
- DUBY, G. História social e ideologia das sociedades. In: LE GOFF et al. (org.). Fazer história: novos problemas. Lisboa: Bertrand, 1977.
- FAVARO, Cleci E. Imagens e palavras. Iconografia e linguagens no processo de transmissão e preservação de valores culturais da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2000 (Meio digital).
- FOUCAULT, M. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FRAISSE, E. (org.) Representações e imagens da leitura. São Paulo: Ática, 1997.
- GASKELL, I. História das imagens. In: BURKE, P. (org.). A escrita da História. São Paulo: EdUNESP, 1992: 237-289.
- GINSBURG, C. Mitos, emblemas, sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HEREDIA, V. M. Apontamentos para uma história de Caxias do Sul: de colônia a município. In: Cadernos de Pesquisa. Caxias do Sul: EdUCS, vol 2, n.2, 1993.
- HÖPPAL, M. La mythologie du quotidien. In: Cahiers de littérature orale. Paris: Langues d' O, I (1986): 103-121.
- LEITE, M. M. A imagem através das palavras. In: Ciência e Cultura 38 (9):1483- 1495, set. 1986.
- LOURO, G. Lembranças de velhas colônias italianas: trabalho, família e educação. In: Educação e realidade. Porto Alegre: EdUFRGS, 15 (1990) 33-43.
- PANOFSKY, E. Estudos de iconologia. Lisboa: Estampa, 1986.
- _____. Significado nas artes visuais. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- SEYFERT, G. Imigração e cultura no Brasil. Brasília: EdUNB, 1990.
- THORNQUIST, I. M. Das hon ich von meiner Mama – zu Sprache und ethischen Konzepten unter Deutschstämmigen in Rio Grande do Sul (Isto aprendi com minha mãe – linguagem e conceitos éticos entre teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul). Tese de doutorado. Universidade de Umea – Suécia, 1997. (cópia xerografada)
- VANGELISTA, C. Terra e fronteiras no Brasil: culturas, etnias, sociedade. In: HISTÓRIA. São Leopoldo: EdUNISINOS, 2000, v. 4, n. 2, p. 59-72.
- VOVELLE, M. Imagens e imaginário na História. São Paulo: Ática, 1997.
- WEIMER, G. Wandspruche (Provérbios de parede). In: Anais. Instituto Histórico de São Leopoldo, v. 2, s. d., p. 98-116.